

O Pacto Educativo Global, a educação e o projeto vital ético como ferramenta de consolidação da Democracia

The Global Educational Pact, education and the vital ethical project as a tool for consolidating Democracy

Marcelo Alves Pereira Eufrásio
Centro Universitário Unifacisa - Brasil

Artur Rodrigues de Lima
Universidade Federal Da Paraíba- Brasil

Resumo

O presente trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica desenvolvida em torno da teoria do reconhecimento. A partir das contribuições de Taylor (1998) e Honneth (2013), propõe refletir sobre as motivações do Pacto Educativo Global, apresentado pelo Papa Francisco em 2020, e os desafios para a democracia atualmente. Como a educação pode se configurar em ferramenta para a consolidação de uma sociedade dialógica, que, por meio do reconhecimento, atue na promoção da cultura de paz e na redução das desigualdades, principalmente motivada através dos desafios colocados em destaque pela pandemia. Nesse sentido, com base em pesquisa qualitativa, a partir de um estudo exploratório e amparado pelo método dedutivo para abordagem, o texto traça uma trilha relacionada à educação, que deixa de exercer sua função social, atendendo unicamente aos interesses do mercado e à necessidade de uma reestruturação do modelo educacional e do espaço da escola. Que modelo de educação é este, que não nos torna pessoas, mas sim sujeitos dependentes e sem atitudes autênticas diante da vida e suas escolhas? Desse modo, o desenvolvimento de um projeto vital ético (DAIMON, 2009) auxilia na produção de valores para a cultura democrática.

Abstract

The present work is the result of a bibliographic review developed around the theory of recognition. Based on the contributions from Taylor (1998), Honneth (2013), it proposes to reflect on the motivations of the Global Educational Pact, presented by Pope Francis in 2020, and the challenges for democracy today. How education can be configured as a tool for the consolidation of a dialogical society, which, based on recognition, acts in the promotion of a culture of peace and in the reduction of inequalities, mainly motivated by the challenges highlighted by the pandemic. In this sense, based on qualitative research, through an exploratory study and supported by the deductive method of approach, the text traces a path related to education, which ceases to exercise its social function, serving only the interests of the market and the need for a restructuring of the educational model and the space of the school. What model of education is this, which does not make us people, but dependent subjects without authentic attitudes towards life and its choices? In this way, the development of an ethical vital project (DAIMON, 2009) helps in the production of values for democratic culture.

Palavras-chave

Cidadania. Democracia.
Pacto Educativo Global.
Propósito.
Reconhecimento.

Keywords

Citizenship. Democracy.
Global Education Pact.
Purpose.
Recognition.

Introdução

Esse trabalho tem por objetivo abordar, sob uma perspectiva educacional, as motivações do Pacto Educativo Global, apresentado pelo Papa Francisco, em 2020, bem como os desafios para a democracia atualmente, sobretudo em decorrência da necessidade de inserir a educação no centro do debate em torno da promoção da cidadania e da democracia, uma vez que, no contexto do capitalismo, o processo educativo tem deixado de exercer sua função social, atendendo unicamente aos interesses do mercado e à necessidade de uma reestruturação do modelo educacional e do espaço da escola.

Com o objetivo de celebrar os cinco anos de lançamento da Encíclica *Laudato Si*, o Papa Francisco lançou, em 2019, o Pacto Educativo Global. A iniciativa insere-se no traçado deixado pelo Concílio Vaticano II com a declaração *Gravissimum Educationes*, em uma lógica na qual o processo social da humanidade passa pela educação. Nesse sentido, observa-se que o pacto dialoga com a teoria do reconhecimento no sentido de também enxergar a educação como um mecanismo de promoção da integração social.

Durante séculos o debate educacional apregoa que a função da educação na sociedade, principalmente a educação escolarizada, é formar cidadãos para a liberdade, para que, como autônomos, caminhem para a maturidade política e a vivência em comunidade. A educação vista como lugar do aprendizado e da cultura democrática, saindo de uma sociedade de súditos e laços de dependência, para um estado de liberdade (HONNETH, 2013). Nesse viés, o presente trabalho parte de um questionamento: O modelo educacional vigente tem favorecido esta autonomia?

A escola idealizada no século XIX esteve atrelada ao movimento de transmissão de saberes técnicos relacionados à preparação para o mundo do trabalho. Dividida entre uma educação voltada para os grupos abastados e uma educação voltada para os mais pobres, envolvia-se em intencionalidades e objetivos diferentes a partir das camadas sociais diversas. Tal modelo educacional pautava-se na transmissão e inculcação de saberes e habilidades cognitivas que deveriam ser inculcadas pelos educandos.

Herdeiros desta tradição educacional, a escola do século XXI ainda tem trabalhado a partir do princípio de formação de valores e habilidades relacionados ao mercado de trabalho, habilidades consideradas relevantes para o exercício das

novas profissões. Entretanto, conforme Harari (2018), não sabemos, por exemplo, se as habilidades técnicas transmitidas pelo sistema educacional vigente serão suficientes para que um bebê, nascido em 2023 e que provavelmente será um cidadão ativo no próximo século possa sobreviver e ganhar a vida.

Nesse contexto, é fundamental estarmos atentos à necessidade do desenvolvimento de um modelo educacional que não vise apenas responder às demandas do mercado de trabalho, mas que atue na compreensão de um mundo mais fraterno e na promoção da verdadeira fraternidade, a cultura do encontro e o diálogo entre as diversas culturas como preconiza o Pacto Educativo Global. Este trabalho, assim, visa refletir sobre como uma educação emancipatória pode contribuir para a integração social e o advento de uma sociedade educada para a cidadania global.

Segundo Santiago (2022, p.194), “a educação é inquestionavelmente uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento econômico, social e cultural de um país. Além disso, é uma forma de promover a paz e a justiça social”. Observa-se, assim, que o Pacto Educativo Global se configura em um chamado para que os mais diversos agentes sociais priorizem uma educação humanista e solidária, capaz de transformar a sociedade, na construção de uma “aldeia da educação”.

Nessa perspectiva, com base em pesquisa qualitativa, por meio de um estudo exploratório e amparado pelo método dedutivo para abordagem, este trabalho pretende lançar um olhar sobre a relação entre a educação emancipatória e a construção do projeto vital ético como fundamentos para uma sociedade democrática. Logo, discutiremos a educação e suas contribuições para a integração social e o reconhecimento. A escola voltada para atender às demandas do mercado sem oferecer uma experiência de ensino aprendizagem significativa e o Pacto Educativo Global como um horizonte de ações para mudança deste cenário.

A educação como mecanismo de integração social

O cenário global aponta para um futuro de incertezas. Não temos certeza de como estarão os exércitos e as burocracias mundiais, de como a política e a economia se organizarão, em quais ofícios as pessoas irão trabalhar ou mesmo como estará o próprio corpo humano, dado o avanço da bioengenharia. Caso a

geração atual não tenha uma visão abrangente sobre o cosmos, o futuro da vida será decidido em uma roleta russa. Diante das transformações ocorridas no âmbito da cultura, observa-se o desenvolvimento de um pensamento que nos faz questionar as concepções dominantes em torno da subjetividade humana. “É no confronto com clones, ciborgues e outros híbridos tecnonaturais que a humanidade de nossa subjetividade se vê colocada em questão” (SILVA, 2009, p.10).

Em seu livro *21 lições para o século 21*, Harari (2018) postula que, para além de uma educação voltada para o trabalho e atendimento às demandas do mercado, perante as incertezas sobre o futuro e avanço da tecnologia, é fundamental o desenvolvimento de uma educação que de fato assegure as bases democráticas, para tanto, deve estar assentada a partir de quatro pilares, os quatro Cs: Pensamento Crítico, Comunicação, Colaboração e Criatividade. A trilha dos Cs (HARARI, 2018) apresenta o convite para a produção de um novo modelo educacional que dialogue com as primícias apresentadas pelo Papa Francisco em sua carta encíclica *Laudato si*: “a educação será ineficaz e os seus esforços estéreis se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e em relação à natureza” (FRANCISCO, LAUDATO SI, nº 215).

A partir de um modelo educacional estabelecido na vivência em sociedade, que favoreça o desenvolvimento da criticidade, capacidade de colaborar e dialogar com o diferente, também compreendido como pessoa, e pensar soluções em conjunto para problemas que só possuem saídas coletivas são as bases que asseguram a continuidade da sociedade democrática por ora ameaçada. Através do magistério do Papa Francisco, que, desde o início de seu pontificado, tem alertado os líderes mundiais para a importância do cuidado com a casa comum e a ideia de que somos todos irmãos de seu documento *Fratelli Tutti*¹, o convite ao Pacto Educativo Global parte da compreensão de uma educação voltada para consolidação de valores democráticos. A educação passa a ser compreendida como ferramenta substancial para a convivência saudável e sustentável na aldeia global.

¹ A Encíclica *Fratelli Tutti* (2020) compõe os documentos da Doutrina Social da Igreja, ela se abre com a evocação de uma fraternidade universal, a qual permite que cada pessoa seja reconhecida, valorizada e amada para além da proximidade física, para além do lugar do universo onde nasceu ou onde vive. O Papa Francisco estabelece as diretrizes normativas, frente um déficit da sociedade no nível internacional das necessidades humanas mais urgentes e, através de uma reflexão profunda, propõe ações globais que superem as contradições do presente.

As atitudes dialógicas permitirão que possamos refletir sobre soluções de hoje para os problemas de hoje, e não que fiquemos com espírito nostálgico idealizando o passado. Nesse viés, as crianças e os jovens a partir de tais diretrizes devem aprender, por meio do desenvolvimento de um projeto vital² ético, a capacidade de lidar com as mudanças, aprenderem coisas novas e sobretudo manterem o equilíbrio mental diante de situações que não lhe são familiares (HURTADO, 2012).

O Pacto Educativo Global atua na defesa de uma educação aberta e inclusiva, capaz de dialogar sobre os rumos e as trilhas traçadas para a história humana e o futuro da humanidade. De acordo com o Papa:

nunca, como agora, houve uma necessidade de unirmos esforços numa ampla aliança educativa, para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna (FRANCISCO, 2019, p.05)

A fragmentação apontada pelo papa parte do sentimento de aceleração da vida e suas transformações, o turbilhão da velocidade tecnológica e digital (CASTELLS, 2001; ROSA, 2019), observa-se a partir deste enfoque que o modelo educacional vigente tem falhado na construção de caminhos e saídas para a afirmação de uma sociedade fraternamente democrática. Pensar uma nova ótica para nossas motivações educacionais e a relação entre as diferentes culturas é o primeiro passo de uma longa trajetória a ser trilhada socialmente. De acordo com Flickinger (2011, p.07), torna-se salutar o desenvolvimento de um modelo educacional que esteja ligado à “formação de uma postura ético-moral, orientada pelo bem-geral”.

Nesse universo no qual a única certeza que temos é a mudança, é preciso educadores comprometidos com a promoção da atitude de discernimento, não no sentido de imporem sua visão de mundo, mas de possibilitarem que os educandos repensem o seu pensar. Anastasiou (1998) advoga a experiência de ensinagem, em que é preciso que ocorra uma parceria entre o professor e os alunos para que decorram experiências de aprendizagem significativas, o professor auxiliaria o aluno no processo de desenvolvimento de uma atitude de discernimento, que, por

² O projeto vital pode ser definido a partir da seguinte concepção: “[...] uma intenção estável e generalizada no sentido de realizar algo que é ao mesmo tempo significativo para o eu e tem consequências no mundo além do eu” (DAIMON, 2003, p.121).

sua vez, pode auxiliar na construção de sentido para a vida e na possibilidade de manter o foco em si, no outro e no cosmo.

A teoria do reconhecimento frente à cultura da marginalização na educação

Para Honneth (2013), o problema da educação ministrada pelo estado é um dos fatores para a crise democrática e das instituições que ora enfrentamos. Durante muito tempo se defendeu uma ideia de neutralidade do estado aliada ao princípio de que os professores seriam servos da pátria e não como servidores públicos a serviço do estado democrático de direito. Nessa ótica, cabia às famílias e comunidades tradicionais e religiosas a difusão de valores morais para a vida em sociedade. A escola, a partir de tal viés, assumia a missão de preparar os jovens para duas etapas estanques da vida. Inicialmente, durante a infância e juventude, o jovem estudava e se preparava para o mercado de trabalho. Após tal etapa, passava a trabalhar e produzir até o momento em que se aposentasse. Havia uma ideia dominante de continuidade entre os diferentes ciclos e as etapas da vida (HURTADO, 2012).

Vários autores dedicam-se à reflexão sobre a chegada do novo século e ao contraponto com o modelo educacional que herdamos. As indagações partem dos questionamentos em torno dos objetivos da educação. Na ótica Morin (2000), a educação teria como função “tornar pessoas”, trata da educação em uma esfera abrangente considerando as funções e os desafios educacionais no mundo globalizado. Para o autor, a educação tem dois objetivos principais: a formação e o desenvolvimento. Logo, a educação atua como ferramenta humanizadora.

Partindo de uma diferenciação entre ensino e educação, o pensador postula que o ensino tem a ver com a transmissão do conhecimento e dos saberes técnicos. A educação, por sua vez, atua no desenvolvimento humano, na relação com o outro buscar a superação das fragilidades e o progresso. “A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão” (MORIN, 2008, p.65), atuando na fabricação de uma sociedade democrática.

A interpretação neoconservadora da democracia, postula que esta última só permanece viável por meio de um perene fornecimento de componentes de tradições anteriores a ela (HONNETH, 2013). Assim, há uma epidemia de nostalgia (BAUMAN, 2017), a qual o anjo da história, apresentado por Benjamim (2012) em suas *teses sobre o conceito de história*, já não contempla as ruínas do passado e segue a marcha do futuro, mas se volta novamente a um passado idealizado, em uma retrotopia, na qual, busca-se soluções do passado para os problemas do presente.

Esse movimento afeta diretamente a educação e as motivações para as reformas em nosso sistema educacional. Influenciada pela padronização de exames de larga escala, como o Pisa³, a educação se volta para o desenvolvimento de hábitos atrelados à concepção de melhoria do rendimento. Os alunos são treinados a serem autodidatas, a encontrarem soluções individuais para seu projeto de vida, que não é um projeto de vida voltado para uma educação integral e a coletividade, mas como posso, na minha trajetória, através de meus méritos, alcançar uma boa universidade, um ótimo emprego que promova ascensão social de forma individualizada e me ofereça status, a egolatria.

Observa-se, dessa forma, que o Pacto Educativo Global se contrapõe a este modelo educativo no sentido de, a partir da proposta de Cuidado com a Casa Comum, o Papa Francisco apontar para um caminho educativo que promova mudanças em prol de uma sociedade alicerçada na solidariedade universal por meio de uma educação mais humanizadora (SANTIAGO, 2022). Torna-se balizar uma educação centrada na formação de projetos vitais voltados para o bem comum.

Pensando as premissas do projeto vital como um elemento constituidor de sentido e capaz de favorecer o desenvolvimento dos valores democráticos, torna-se substancial nesse cenário promover uma educação que transcenda a instrução e a formação profissional. Você não será capaz de desenvolver a resiliência ou a

³ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de *Programme for International Student Assessment*, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus *backgrounds* e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa> Acesso em: 05 de março de 2022.

empatia, como valores norteadores do projeto vital, lendo livros. Desse modo, é basilar que o sistema educacional passe a atuar na formação para a ética e para a cidadania, formando cidadãos autônomos e conscientes da importância do seu posicionamento no mundo, o que Hurtado (2012) denomina de sujeito ético.

Esse sujeito compreende-se por meio da análise do que está ou não em seu poder realizar. A vida passa a centrar-se através de perguntas, tais como: Por que estou fazendo isso? Por que atribuo importância a isso? Por que isso é importante para mim e para a sociedade? O sujeito ético possui comportamentos proativos e saudáveis que auxiliam o equilíbrio social e a significação das experiências vividas (HURTADO, 2012), relaciona-se com o outro a partir do pilar do reconhecimento.

Na vida em sociedade e na luta por reconhecimento, diversas narrativas se colocam na pretensão de validação. Essas argumentações, segundo Fraser (2006), devem ser observadas a partir de sua justificativa ou não justificativa, sendo assim, o Estado, em sua relação entre democracia e educação, deveria se por atento se essas pautas avaliam se de fato promovem a integração e gestação de comportamentos e ideais democráticos. Caso contrário, tais pautas neoconservadoras e seus postulados podem servir para a repressão e as formas de dominação que reforçam a violência e o sectarismo em uma sociedade marcadamente pluricultural.

As configurações sociais produzidas no sentido de garantirem a sobrevivência do Estado Democrático de direito devem nortear-se pelos paradigmas de uma educação voltada à cooperação e ao associativismo, o aluno não deve ver seu companheiro de sala como um concorrente a ser superado, mas como um parceiro de igual valor. Desenvolver o projeto vital tendo como base a prática do reconhecimento proporciona o rompimento com valores associados ao individualismo, à competição e ao imediatismo. Essa cultura autocentrada pode favorecer a compreensão por parte do jovem que ele não tem capacidade de fazer a diferença no mundo como sujeito.

“A teoria do reconhecimento, pensa os conflitos sociais como buscas intersubjetivas pela consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades” (MENDONÇA, 2007, p.170). Os sujeitos, em seu construto relacional da identidade, lutam o tempo todo por reconhecimento mútuo. Segundo Honneth (2013), somente dessa maneira, os sujeitos conseguem se desenvolver de forma plena, saudável e

autônoma, seguindo este enfoque, a identidade é enxergada como possibilidade de autorrealização.

Para que essa autorrealização ocorra, o educando necessita no processo educacional desenvolver o *purpose*⁴, que é identificar um propósito ou objetivo de vida, o que influenciará diretamente na constituição da identidade. O *purpose* é a razão por trás dos objetivos e das razões imediatas que direcionam os comportamentos cotidianos (DAMON, 2009).

Para que esse processo identitário ocorra a partir do prisma ético, o outro deve ser considerado no estabelecimento do propósito e suas consequências. O engajamento em atividades que visem à produção do projeto vital auxilia no bem-estar psicológico dos sujeitos engajados. Tal elemento favorecerá que o sujeito em seu projeto vital encontre a estabilidade, no sentido de se deparar com a motivação de atingir metas e desenvolver valores.

Além da estabilidade, a generalização também será uma característica marcante, visto que, ao buscar concretizar tais metas, acabarei por beneficiar outras áreas da vida, como o relacionamento interpessoal e o reconhecimento do outro. Esses fatores estarão relacionados à significação pessoal dos sujeitos no processo de autorrealização, mas implicada pelo movimento de transcendência, ou de como posso, a partir do meu lugar, contribuir para o mundo externo.

Observa-se, assim, que o Pacto Educativo Global pode oferecer um itinerário de ações que favorecem o desenvolvimento e a significação pessoal, como, também, a partir da autorrealização, o reconhecimento do outro. O Pacto apresenta sete compromissos: colocar a pessoa no centro de cada processo educativo, ouvir as gerações mais novas, promover a mulher, responsabilizar a família, se abrir a acolhida, renovar a economia e a política e cuidar da Casa Comum (SANTIAGO, 2022).

⁴ De acordo com Damon (2009), o conceito de *purpose* foi utilizado na psicologia pela primeira vez por Viktor Frankl no clássico *Em Busca de Sentido* (2010). A partir da experiência no campo de concentração, o psicólogo desenvolveu a chamada logoterapia ou cura pelo sentido. Nesta vertente da psicologia, os traumas e as neuroses não estariam mais associados à insatisfação ou às privações de ordem sexual e sim à ausência de propósitos e de planos de vida que dialogassem com as condições imediatas de existência dos sujeitos. O que manteve o psicólogo vivo diante da situação de sofrimento e os outros companheiros que com ele atravessaram tal experiência eram os sonhos e objetivos de vida.

Infere-se, a partir desses compromissos, que o Pacto Educativo Global preconiza uma experiência educacional que leve o sujeito a sair de si mesmo e se abrir de forma transcendente em relação ao outro. Para o Papa Francisco, há uma necessidade de urgentemente recolocar o humanismo no centro da civilização tecnocrática, promovendo uma nova educação mais inclusiva e baseada em valores éticos, de forma a contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e pacífica.

Defendendo-se uma educação que coloca a pessoa no centro, o Pacto Educativo Global vai além do que uma noção de simples tolerância e respeito ao outro. O reconhecimento não é uma cortesia, mas uma necessidade humana, isso porque a sociedade pode, em suas diferentes configurações, produzir imagens virtuosas ou depreciativas das culturas e dos sujeitos. Com o avanço de pautas neoconservadoras, diversos grupos étnicos têm sofrido com a formulação de tais imagens depreciativas. Em um Brasil forjado em uma cultura patriarcal e branca, ser negro, por exemplo, se torna um desafio diário.

No município de Açailândia, no Maranhão, um jovem negro de 23 anos se dirigiu às 06h30 para o local onde seu carro estava estacionado, iria trabalhar, quando se aproximou do carro, foi abordado por um casal branco que morava no mesmo condomínio que ele. Pediram para que ele se fastasse do carro, logo, foi derrubado pelo homem, enquanto a mulher pedia que o marido colocasse o pé no pescoço do jovem até que a polícia chegasse. O jovem declarou em uma entrevista: “O que eu quero é justiça. É revoltante uma situação dessas. Isso ocorreu só por acharem que um negro franzino, como eu, não pode ter um carro. Isso não pode ocorrer mais com as pessoas. Isso é racismo, é crime”⁵.

Esse episódio é apenas mais uma das trágicas notícias divulgadas todos os dias nos meios de comunicação no Brasil, devido à falta de reconhecimento dos grupos minoritários e às narrativas depreciativas as quais são vítimas. Esses elementos inferem diretamente o que o Papa Francisco denomina de quebra do Pacto Educativo Global, quando predomina a violência nas nossas relações, e se perde a capacidade de dialogar e de compreensão do outro como um sujeito de igual valor em sua identidade.

⁵ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/jovem-negro-e-espancado-no-ma-apos-ser-acusado-de-roubar-o-proprio-carro-1.2587718> Acesso em: 07 de jan. de 2022.

Diante desse cenário, torna-se basilar que o modelo educacional vigente seja ressignificado e reestruturado de modo a entender as exigências de reconhecimento como morais, no que se refere ao direito à vida, à integridade, à dignidade, ao bem-estar-social e à prosperidade (MENDONÇA, 2007). Os sujeitos só terão uma imagem positiva de si, relacionado à identidade à autorrealização, caso também tenham o reconhecimento de seus parceiros de interação, através de tais princípios, pensar a educação a partir da ótica da teoria do reconhecimento e do pacto educativo global é atuar na defesa de uma educação que coloque a pessoa no centro.

A educação deve fazer com que o educando, ao longo do processo educativo, identifique valores e crenças pessoais, mas não para que se afirme como superior em relação aos outros. A compreensão de crenças e valores favorece a autorrealização dos sujeitos que podem alcançar suas potencialidades de forma plena, considerando suas habilidades em benefício de si próprio e do mundo ao seu redor. Há uma preocupação quanto a fazer a diferença no mundo por meio de ações éticas e cidadãs.

O reconhecimento, no cenário multicultural no qual vivemos, guia-nos na necessidade da defesa de um modelo educacional que esteja ligado ao que Taylor (1998) denomina de política do igual respeito. Ao nos depararmos na educação com um currículo eurocêntrico que desconsidera em inúmeros aspectos a cultura e a tradição de diversas culturas e sujeitos, e que resume suas alusões a datas folclóricas ou festivas, desrespeita e violenta essas culturas e indivíduos. A partir da teoria do reconhecimento, essas formas incorretas ou depreciativas de reconhecimento perdem espaço, para que surja um movimento no qual não se ignora a presença dessas culturas marginalizadas e seus indivíduos.

O modelo educacional preconizado pela Igreja a partir do Pacto Educativo Global

A Igreja Católica Apostólica Romana, enquanto instituição religiosa milenar, é fundamentada na tradição e na doutrina das verdades da fé cristã. Em matéria doutrinária, isto é, dos ensinamentos em matéria da fé, se lança uma profunda

reflexão sobre o caráter antropológico, sobretudo no tocante à Revelação cristã a partir da finalidade da história e do sentido da vida.

Este aspecto humano em matéria social aparece como tema central das reflexões da Doutrina Social da Igreja, principalmente quando seu objeto de reflexões é a tutela da dignidade humana, como sendo a história da humanidade a via de afirmação cristã e de reconhecimento da criação atribuída a Deus. Portanto, conforme ensina Sorge (2018), a economia da salvação é a história que ainda se faz da trajetória do povo.

A Doutrina Social da Igreja remonta ao final do séc. XIX, concomitantemente à explosão no Ocidente da questão social que se seguiu à Revolução Industrial, cuja resposta foi oferecida a partir do método de leitura das situações históricas como resposta ético-cristã aos problemas novos que emergiram com os conflitos e problemas das sociedades capitalistas do Ocidente.

A Doutrina Social foi se formando progressivamente através dos pronunciamentos do Magistério da Igreja sobre temas sociais, inaugurados pela Encíclica *Rerum Novarum* (1891) do papa Leão XIII. Naquela oportunidade, denunciava os conflitos entre capital e trabalho que maculavam significativamente a dignidade do trabalhador com base nas fontes do Direito Natural cristão, sendo este o parâmetro de interpretação e de solução às disparidades ideológicas, econômicas e sociais.

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2011) leciona que seu conhecimento está pautado na fé e na razão, sendo a Doutrina Social sustentada nos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana, bem comum, subsidiariedade e solidariedade constituem os eixos principais do ensinamento social católico. Os princípios passam a compor os critérios de orientação da vida social, isto é, são parâmetros de referência para a interpretação e de avaliação dos fenômenos sociais para interpretar, de modo orgânico, as realidades sociais para conduzir as práticas sociais a partir de critérios da moralidade cristã.

Como é próprio da metodologia de interpretação e aplicação dos ensinamentos da doutrina e magistério católico, a Doutrina Social também se orienta pela hermenêutica da continuidade, significando que há uma linha de continuidade nas reflexões morais, muito embora atualizada à luz das transformações e dos desafios sociais, que se compõem de vinte encíclicas, desde a *Rerum Novarum* (1891) até *Fratelli Tutti* (2020). Tal Doutrina, a partir do prisma da hermenêutica da

continuidade, atua de modo a buscar compreender e refletir sobre as relações humanas e o desenvolvimento da sociedade.

Na sua primeira Encíclica, o Papa Francisco remete às bases teórico-metodológicas voltadas para as reflexões acerca das transformações e dos desafios sociais contemporâneos, o que demarca também seu pontificado à luz das balizas do Concílio Vaticano II e sua formação intelectual e pastoral, fundada na teologia do povo. Destaca o pontífice,

A humanidade vive uma transformação histórica, que podemos constatar nos progressos que se verificam em vários campos. São louváveis os sucessos que contribuem para o bem-estar das pessoas, por exemplo: no âmbito da saúde, da educação e da comunicação. Todavia, não podemos esquecer que a maior parte dos homens e mulheres do nosso tempo vive seu dia a dia precariamente, com funestas consequências. Aumentam algumas doenças. O medo e o desespero apoderam-se do coração de inúmeras pessoas, mesmo nos chamados países ricos (*EVANGELII GAUDIUM*, 2013, p. 52).

Nessa esteira, o Pacto Educativo Global, apresentado pelo Papa Francisco, é um documento que se encontra em sintonia com a Doutrina Social, sobretudo porque tem como objetivo construir um diálogo fraterno e compromissado com o juízo ético-participativo, entre as instituições escola, família e sociedade civil. A partir do que preconiza o Pacto Educativo Global, a teoria do reconhecimento pode conduzir a práticas que favoreçam a efetivação dos objetivos do Pacto. Restaurando o senso de comunidade, esses valores incidem diretamente na diminuição da violência cultural favorecendo o desenvolvimento de práticas ligadas à empatia e ao desenvolvimento da política do igual respeito.

O Pacto Educativo Global propõe a vivência de um modelo educacional que parta de uma educação emancipadora, para isso é necessário, como evoca o Papa Francisco ao lembrar um provérbio africano: “para se educar é preciso uma aldeia inteira” (FRANCISCO, 2019), logo, torna-se substancial uma educação ligada ao desenvolvimento integral dos sujeitos, que eles possam pensar, sentir e agir a partir de princípios associativistas e de convivência em sociedade. Sujeitos conscientes de sua história, evolução e devir, que se enxerguem na individualidade e coletividade, racional, sensível e afetivo.

O presente postulado também retoma o papel do professor com um dos agentes do processo educativo. Na construção desse projeto vital ético na ótica do reconhecimento, é fundamental o engajamento do sujeito. Porém, só o

engajamento do sujeito em si não garante que a busca pela autorrealização se efetive, é fundamental que o professor como um mediador possa atuar de modo que este educando relacione valores e crenças pessoais ao seu *purpose* e à comunidade na qual está inserido. O professor auxilia no processo de engajamento motivando e orientando.

Para alcançar tais princípios e uma escola que lance as bases de uma sociedade democrática, é fundamental a reorganização da escola, de múltiplos espaços e tempos de aprendizagem. Tal perspectiva diz respeito não só à observação das melhorias dos estabelecimentos de ensino públicos e privados, tendo em vista os protocolos sanitários e efeitos pandêmicos, mas como também, a uma escola cada vez mais inclusiva, o professor deverá nortear sua prática pela diversidade e capacidade de aprendizagem de sua turma, observando suas necessidades e as relações humanas, partindo dos conhecimentos prévios dos educandos.

Para que essa ação aconteça é necessário que novos tempos e novos espaços sejam criados no ambiente escolar, proporcionando aos professores arranjos grupais diferenciados que possibilitem sua atenção para diferentes situações educacionais (PACTO EDUCATIVO GLOBAL, CNBB, 2020, p.45).

A escola desenvolverá metodologias e atividades que se relacionem não unicamente a competências técnicas, mas compreendendo que a educação se dá na experiência de aprendizagem mútua a partir do reconhecimento da experiência do outro e da humanidade. Para isso, é primordial que os educandos tenham uma visão positiva da escola, que seja uma referência para a comunidade, um espaço onde os professores não se configuram apenas como agentes de transmissão de conhecimentos estéreis, mas apostando na construção de uma relação educativa com cada um dos estudantes, que deve sentir-se acolhido e reconhecido por aquilo que é, com todas suas fragilidades e potencialidades.

Para que essa educação germine, é necessário que o espaço escolar se comprometa com outra lógica de desenvolvimento, que assuma o compromisso com a diversidade humana, que inclui a formulação de estratégias que levem em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem. As novas formas de comunicação e maneiras de assimilação do conteúdo. A participação dos alunos em

projetos de pesquisa, ações comunitárias que os levem a desenvolver a capacidade de se colocarem no lugar do outro.

A experiência do ensino remoto e os desafios impostos no cotidiano as famílias favoreceram um debate em torno da importância das aulas presenciais. Nesse sentido, tal movimento deve corroborar para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, a valorização social da carreira docente.

Esse novo contexto deu visibilidade às inúmeras dificuldades como a sobrecarga de trabalho e a ausência de estrutura para o trabalho pedagógico pela falta de equipamentos e acesso à internet, pouca familiaridade com programas, plataformas e preparação de aulas mediadas por tecnologias digitais, nem sempre acompanhados de formação para esse fim (PACTO EDUCATIVO GLOBAL, CNBB, 2020, p.47).

As políticas públicas para a educação, assim, devem promover a formação permanente dos profissionais da educação, primordial para a qualidade das vivências educativas oferecidas pela escola a comunidade escolar e seu entorno. Tal formação deve pautar-se por princípios que se liguem à educação voltada para emancipação e autonomia, como também para defesa da democracia, com objetos de conhecimento que dialoguem com a realidade dos alunos e suas comunidades.

Conectada às novas demandas da sociedade, por meio da pesquisa e do desenvolvimento de atividades multidisciplinares, a escola impulsionada pelo Pacto Educativo Global tem a função social de se contrapor ao obscurantismo e ao anticientificismo presente em determinados segmentos da população. Outrora chamada a se configurar em um espaço de cidadania e solidariedade, com a crise pandêmica e o avanço de neoconservadorismo, a escola teve seu papel acentuado como uma instituição que pode lançar as bases para a sociedade democrática.

Considerações Finais

O Pacto Educativo Global, orientado a partir das contribuições da teoria do reconhecimento aqui colocadas, pode se configurar em importante elemento para o advento de um modelo educacional e de uma escola que volte a ser vista como o espaço mais importante para a formação cidadã. Para os educandos e as suas famílias sintam-se conectados à sociedade e ao Estado através do acesso às políticas públicas.

Nesse contexto, devemos nos ater ao redimensionamento da dinâmica escolar. Impulsionar ações que favoreçam a escola como espaço do encontro e da disseminação da cultura de paz, mas não a paz em uma perspectiva utópica de ausência de conflitos, mas a paz em sua natureza positiva, em que os conflitos podem ser discutidos de forma dialógica, sendo garantida por meio de uma troca livre e permanente, o que Honneth (2003) denomina de pretensões de validade criticáveis. Um lugar de diálogo e respeito à multiculturalidade.

Para tanto, a promoção de valores de cuidado, coletividade e solidariedade são imprescindíveis para que a escola assuma a dianteira como espaço de desenvolvimento da cidadania ativa e consolidação do tecido social fragilizado pelos discursos de ódio que impedem a participação paritária dos sujeitos nas interações sociais. É preciso compreender a educação como a capacidade de ir além de si próprio, e a escola pode auxiliar no desenvolvimento deste princípio na sociedade. A formação de cidadãos ativos, que se engajam nas comunidades e atuam na democracia.

Referências

ANASTASIOU, L.G.C. *Metodologia do Ensino Superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica*. IBPEX, Curitiba, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet. 8ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1.

Congregação para a educação católica. *Educar para o humanismo solidário*, 2017.

CNBB. *A Igreja no Brasil, com o Papa Francisco, no Pacto Educativo Global*. Brasília: Edições CNBB, 2020.

DAMON, W. *O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem motivar e orientar adolescentes*. São Paulo: Summus, 2009.

FLICKINGER, Hans Georg. *Autonomia e reconhecimento: dois conceitos chaves na formação*. Educação, Porto Alegre v.34, 2011. (p.07-12).

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: a alegria do Evangelho - Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Fratelli Tutti: Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social*. Brasília: CNBB, 2020.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da Casa Comum*. 2015. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html Acesso em: 08 de jan. 2022

FRANCISCO, Papa. *Mensagem do Santo Padre para o lançamento do Pacto Educativo*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2019/documents/papa-francesco_20190912_messaggio-patto-educativo.html Acesso em: 08 de jan. 2022.

FRASER, Nancy. HONNETH, Axel. *¿Redistribución o reconocimiento?* Madrid: Morata Editorial, 2006

FRANKL, Viktor Emil. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum* (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991.

ROSA, Harmult. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Editora UNESP, 2019.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. Educação e esfera pública democrática: Um capítulo negligenciado da filosofia política. In: *Revista Civitas*, Porto Alegre, n° 13, 2013. (p.544-562) Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16529> Acesso em: 08 de jan. 2022.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. Traduzido por Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino Mendonça. *Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano*. Revista de Sociologia e Política. n°20, 2007. (p.169-185). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/xvGMqyRrC5WKbG7QmkXP5DJ/?lang=pt> Acesso em: 07 de jan. 2022

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

SANTIAGO, Carla Ferreti. *O Pacto Educativo Global e a urgência de uma escola humana e humanizadora*. Arquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, 2022. (p194-202).

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SORGE, Bartolomeo. *Breve curso de doutrina social*. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo: Paulinas, 2018.

TAYLOR, Charles (org.). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

Trabalho submetido em 10/03/2023
Aceito em 18/05/2023

Marcelo Alves Pereira Eufrásio
Centro Universitário Unifacisa

Doutorado em Ciências Sociais (área de concentração em Sociologia) e pós-doutorado pela Universidade Federal de Campina Grande. É pesquisador cadastrado no CNPq no Grupo de Pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas - TDEPP do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: marcelo.eufrasio@gmail.com

Artur Rodrigues de Lima
Universidade Federal Da Paraíba

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba desenvolvendo pesquisas atreladas a História da Educação e a História Intelectual a partir da problematização do pensamento educacional de Felipe Tiago Gomes, fundador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC. É professor da Rede Privada de Ensino de Campina Grande. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1513-3418>E-mail: limarthur5@gmail.com